

ACTA Nº 14

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20-03-95

Aos vinte dias do mês de Março do ano de mil novecentos e noventa e cinco, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Engº Vitor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Drª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Sr. João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto, Dr. António Manuel Soares Nogueira de Lemos e Carlos Manuel Branco Nogueira Fragateiro.

Pelas 14 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Vereador Sr. Engº Eduardo Belmiro Torres do Couto.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 17 de Março, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais - setenta milhões seis mil novecentos e oitenta e nove escudos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria - seis milhões cento e seis mil trezentos e quatro escudos; Receita do dia em operações orçamentais - três milhões sete mil novecentos e vinte e dois escudos; Receita do dia em operações de tesouraria - doze milhões oitocentos e catorze mil quatrocentos e sete escudos; Despesa do dia em operações orçamentais - sessenta e três milhões seiscentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta e dois escudos; Despesa do dia em operações de tesouraria - um milhão trezentos e noventa e dois mil e cinquenta e sete escudos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais - nove milhões trezentos e vinte e oito mil e cento sessenta e nove escudos ; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria - dezassete milhões quinhentos e vinte e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos.

ALIENAÇÃO DE BENS - URBANIZAÇÃO DE S. JACINTO: - Presente o processo relativo à alienação dos lotes nºs 1 a 5, do Sector G, do Plano de Pormenor

de S. Jacinto, destinados à construção de habitações unifamiliares, em banda contínua, conforme deliberação tomada em 20 do mês, findo, sobre o qual foram prestados alguns esclarecimentos pelo Sr. Presidente.

De seguida, foi solicitada a palavra por alguns dos muitos interessados presentes na sala, que se pronunciaram contra o facto de a respectiva população apenas ter tido conhecimento da hasta pública ontem, véspera da mesma, o que impediu que muitas pessoas pudessem estar presentes, devido à falta de tempo para poderem avaliar das suas capacidades financeiras, entendendo-se isto como mais uma falta de transparência nos actos do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Referiram-se também e mostraram o seu desagrado pela Autarquia continuar a prosseguir uma política de venda livre dos lotes, defendendo que a respectiva atribuição deveria ser unicamente destinada a residentes naquela Freguesia, dado, a elevada carência habitacional, chamando ainda a atenção para o facto de não se fazerem cumprir as condições de venda, na parte respeitante à reversão dos lotes, relativamente aos casos em que as construções ainda não foram iniciadas não obstante estar já largamente ultrapassado o prazo de cinco anos, o que leva obviamente à especulação.

O Sr. Presidente informou que os editais que anunciaram a venda foram enviados para a Junta de Freguesia, com a antecedência mínima suficiente e que os mesmos foram publicados na imprensa há, pelo menos, uma semana, pelo que irá mandar averiguar a questão aqui abordada e, quanto à carência habitacional, disse que a Câmara está atenta e fará tudo o que estiver ao seu alcance para tentar amenizar este problema.

Pediu de seguida a palavra, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos, para propôr que, face às queixas surgidas e inerentes à falta de publicitação dos editais atempadamente, se adie a hasta pública para uma data posterior e que os editais para a venda dos próximos lotes, sejam directamente afixados por funcionários municipais, a fim de que o Sr. Presidente da Junta não possa ser acusado, na sua ausência, como tem acontecido sistematicamente. Disse, ainda, que todas as situações que são aqui expostas em relação a Presidentes de Juntas poderiam ser evitadas se tivesse sido aprovada a sua proposta relativa à realização de reuniões nas várias freguesias.

De novo com a palavra, o Sr. Presidente disse que não achava bem que se deixasse de efectuar a hasta pública, uma vez que a mesma foi publicitada através da imprensa, tendo feito também uma proposta, no sentido de se realizar a venda dos cinco lotes anunciados para hoje e que a venda dos próximos seis seja então efectuada na Junta de Freguesia.

Novamente no uso da palavra, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos disse concordar que a próxima hasta pública tenha lugar em S. Jacinto, mas que, em relação à de hoje, mantinha a proposta de a mesma ser adiada para uma data futura.

Assim foram postas à votação ambas as propostas, tendo merecido aprovação por maioria a apresentada pelo Sr. Presidente, com os votos contra dos Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Dr. Carlos Fragateiro.

Todos os Senhores Vereadores que votaram contra a proposta do Sr. Dr. Nogueira de Lemos justificaram a sua posição, no facto de a hasta pública de hoje ter sido tornada pública sendo a prova disso o grande número de interessados que se encontram presentes na sala.

Em face do exposto deu-se, início à arrematação dos referidos lotes, os quais foi deliberado, por unanimidade, atribuir do seguinte modo e pelos preços por m2 a seguir indicados: Nº 1 - Ana Cristina Costeira Marques Loureiro Abrantes - onze mil escudos; Nº 2 - Domingos Manuel Costeira Tavares - oito mil e seiscentos escudos; Nº 3 - António Pinho de Campos - nove mil e cem escudos; Nº 4 - João José da Rocha Caneiro - dez mil escudos; e Nº 5 - Rosa Maria Nunes da Costa Matos - onze mil escudos.

CÂMARA MUNICIPAL - REUNIÕES: - Imediatamente a seguir e verificando-se a presença de público, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do que dispõe o artº 19º do C.P.A., apreciar as seguintes questões não constantes da ordem de trabalhos:

OBRAS PARTICULARES: - Presente na reunião o Sr. Nelson Marques Ferreira, a reclamar do facto de, há alguns anos, ter pedido viabilidade de construção num terreno situado junto à Policlínica, na E.N. 109 e, até hoje, ainda não lhe ter sido dada qualquer resposta, embora, para o terreno contíguo ao seu tenha sido dada, entretanto, viabilidade, encontrando-se já lá construída uma oficina.

Foi-lhe informado que todas as construções ali existentes foram autorizadas, a título precário, e que, recentemente, foi adjudicado o Plano de Pormenor da zona onde se encontra inserido o terreno do reclamante e que, logo que seja aprovado o estudo prévio, será uma questão de mais ou menos quatro meses para se poder avançar.

ESCOLAS DO CONCELHO - PRIMÁRIA DA GLÓRIA: - No uso da palavra, o Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro, agradeceu à Imprensa, a preocupação que teve em trabalhar o problema relativo à falta de professores para a ocupação dos tempos livres na Escola da Glória, tendo, contudo, afirmado que tudo continua a estar pouco claro. Assim, o Sr. Vereador fez uma breve intervenção sobre o assunto, e referiu que a Câmara deverá dar uma atenção redobrada, não só ao problema desta Escola, mas em relação a todas as Escolas do Concelho, entendendo que o que se está a passar neste estabelecimento de ensino é um pouco desvalorizar a situação e mostra

grande desinteresse pelas crianças, o que considera grave, porque não deve haver irresponsabilidade nas questões do ensino pré-primário e primário, pois é nesta altura que, muitas vezes, a vida toda se define. Em seu entender, neste País, deve pensar-se bem no problema e devem abrir-se o máximo de perspectivas às crianças, sendo para isso preciso que se criem as condições indispensáveis para evitar que passem o máximo de tempo na rua ou fechadas em casa a ver televisão. Entende, por isso, que se devem fazer todas as diligências possíveis junto do CAE - Centro de Acção Educativa - a fim de que seja reposta a situação da Escola Primária da Glória e que seja dispensado o pessoal necessário à criação da ocupação dos tempos livres das crianças, se possível em todas as Escolas do País.

O Sr. Presidente concordou com a intervenção do Sr. Vereador e propôs que a Câmara interceda junto da DREC no sentido de ser reconsiderada esta situação e retomado o funcionamento da actividade lúdica na Escola da Glória, encarregando os Vereadores Dra. Maria da Luz e Dr. Fragateiro de elaborarem documento devidamente fundamentado sobre a questão, para ser enviado àquela Entidade.

SUBSÍDIOS - CLUBE ESTRELA AZUL: - Continuando no uso da palavra o Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro, referiu-se a uma notícia publicada no Jornal "O Independente", a qual coloca uma questão relacionada com o levantamento de um cheque passado por esta Câmara Municipal ao Clube Estrela Azul, para pagamento de um subsídio, e pediu esclarecimentos sobre o assunto.

Respondeu o Sr. Presidente, que historiou todo o processo dizendo: "Tratou-se de um subsídio concedido por deliberação de 12 de Dezembro de 1994, no montante de um milhão trezentos e sessenta e dois mil trezentos e dezanove escudos, destinado a apoiar o Clube em obras de investimento realizadas no respectivo recinto desportivo, tendo sido feita a necessária comunicação escrita ao Clube; entretanto verificava-se uma grande pressão da empresa adjudicatária das obras junto dos Serviços Municipais, no sentido de saberem da data do respectivo pagamento e, num acto de boa fé, o cheque passado em nome do Clube foi entregue em mão ao Gerente da Empresa, para este, junto dos responsáveis do Clube, recolher as necessárias assinaturas, o que não terá sido possível, porque, segundo os dados obtidos (fotocópia do cheque), o cheque foi pago pela Instituição de Crédito - Caixa de Crédito Agrícola Sever do Vouga - só com a assinatura do responsável da empresa e o respectivo carimbo; a direcção actual do clube entretanto contactou a Câmara, questionou o assunto, dado as obras em causa não terem sido executadas sob a sua responsabilidade, tendo-lhe sido explicado e mostrado todo o processo e referido todos os compromissos então assumidos". Terminou o Sr. Presidente, salientando não ter havido ilegalidades, mas sim uma irregularidade na entrega do cheque, mas que o assunto estava a ser cuidado no sentido de o processo ser tido em conformidade.

RACISMO E XENOFOBIA: - O Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos, pediu a palavra, para fazer a intervenção do seguinte teor: "Neste último fim de semana em que estive acamado, tive oportunidade de ler, com toda a calma, a numerosa imprensa que se publica neste período. Um tema ressaltou com toda a sua cruzeta - o racismo e a xenofobia. As manifestações e distúrbios na Turquia, envolvendo as minorias étnico-religiosas, o advento de novo genocídio inter-étnico, desta feita no Burundi, a distribuição de bonecos armadilhados a crianças ciganas na Itália, são apenas uma parcela de um extenso rol. Mas, também em Portugal, assistimos ao julgamento de um polícia por assassinato de um cigano, em Matosinhos e, na nossa região, temos expulsões de cidadãos africanos em condições que, a ser verdade a versão que me foi relatada, nos envergonham. Por tudo isto e muito mais, que diariamente nos é relatado, o combate ao racismo e à xenofobia está na ordem do dia. Em Aveiro, e com orgulho o digo, existe uma tradicional facilidade de integração dos elementos pertencentes a minorias que aqui se radicam. A integração da Comunidade Guineense é uma referência para aquela comunidade, a nível nacional. Também em Aveiro se encontram radicadas há longos anos, respeitáveis e respeitadas famílias ciganas, cujos filhos connosco frequentaram as escolas e com quem mantemos laços de amizade ao longo dos anos. Por tudo isto, fiquei estupefacto e apreensivo com um artigo publicado no "Público" em que é atribuída ao Presidente da Câmara simpatia pela "experiência de Ponte de Lima". Ora, não tem sido essa a política defendida por esta Câmara, nem por qualquer dos seus elementos, individualmente, por isso importa dizer bem alto, que a Câmara rejeita e combaterá qualquer acção xenófoba no concelho. Combater a droga, todos queremos. Sabemos que hoje existem alguns elementos de étnia cigana que se dedicam ao tráfico de droga. Não é, porém, generalizando, racializando, que se promove esse combate; antes pelo contrário, se reforçam os laços de coesão comunitários, agravando o problema. E de mais uma coisa não tenhamos dúvida - neste tráfico assassino, a montante e juzante dos elementos ciganos, estão "gajos", com toda a certeza. Quero, e para concluir, frizar bem, que não é com anátemas sobre aqueles que, por razões étnicas, religiosas ou linguísticas são diferentes, que resolvemos a profunda crise social que avassala o mundo e, obviamente, inclui o nosso país".

Sobre esta questão, interveio, também, o Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro, para referir que, em sua opinião, não se devem tratar os ciganos como ciganos porque se alguém acampa num terreno em que não é permitido, seja cigano ou não, no dia seguinte tem que ser desalojado, porque não está conforme as normas e isso tem que ser cumprido.

Também sobre o assunto, o Vereador Sr. Eng<sup>o</sup> Vítor Silva fez questão de salientar a forma correcta como esta Câmara tem tratado estas comunidades que não

são de Aveiro, afirmando, contudo, que não deixa de ser uma preocupação para a Câmara Municipal porque, talvez o facto de termos acarinhado tão bem esses elementos, contribuiu para que agora nos confrontemos com excedentes que se torna já difícil solucionar e que talvez tenha sido esta preocupação que o Sr. Presidente quis transmitir tendo sido mal interpretado pelos jornalistas.

Também no uso da palavra, o Vereador Sr. João dos Santos agradeceu ao Dr. Nogueira de Lemos ter trazido aqui o problema para ficar esclarecido porque, realmente, nesta Câmara tem havido muitas preocupações no sentido de resolver, pelo melhor, a situação das etnias ciganas, entendendo que, sem dúvida alguma é um problema que a Câmara tem que acautelar, porque acontece até haver empreendimentos que não avançam porque os terrenos estão ocupados por famílias ciganas e a Câmara tem procurado resolver a situação dos seus realojamentos. Neste sentido, entende que quem fez a notícia terá, concerteza, deturpado as declarações do Sr. Presidente.

Intervio, também a Vereadora Dra. Maria da Luz para referir que, efectivamente, foi uma forma não muito correcta de tratar o assunto. Disse, ainda, que por razões que se prendem com a sua convicção e formação pessoal, não concorda que sejam tratados de maneira diferente, grupos étnicos ou comunidades específicas e minoritárias e nunca esta Câmara, adoptou formas diferentes de actuação em relação a grupos de etnia cigana ou outra, que fizesse entender aquele tipo de notícia, após o que referiu algumas das preocupações que a Câmara tem tido para que certas comunidades possam integrar-se nos nossos padrões de vivência, salientando a forma correcta como foram tratados os residentes da Casa da Ex-Legião Portuguesa, onde a Câmara gastou quantias avultadas para o realojamento de várias famílias, o apoio dado a estudantes dos PALOPS, entre outros, pelo que, da sua parte, queria que ficasse bem demarcada a sua convicção e a sua aversão a tomadas de posição que contrariem esta forma de proceder.

HABITAÇÃO SOCIAL NAS FREGUESIAS RURAIS - S. JACINTO - Foi submetido à consideração do Executivo um estudo elaborado pela D.A.U.A. relativo à implantação de mais onze habitações em S. Jacinto (2ª Fase) e, àcerca do qual, a Arqª Emilia, presente à reunião, prestou os necessários esclarecimentos. Por unanimidade, foi deliberado considerar o mesmo aprovado, devendo, por conseguinte os serviços respectivos procederem à organização do processo respectivo.

Seguidamente, o Sr. Presidente referindo-se ao estado degradado em que se encontra a grande maioria das habitações dos bairros pré-fabricados, disse ser necessário efectuar-se um estudo global com vista à substituição das mesmas, tendo salientado que era oportuno que os serviços estudassem a melhor forma de se obterem fundos comunitários para o efeito, o que mereceu a concordância de todos.

FEIRA - EXPOSIÇÃO DE MARÇO: - O Sr. Presidente comunicou que no próximo dia 25, pelas 10 horas, será inaugurado o certame em epígrafe, comemorando-se, também, o Dia das Cidades Irmãs, conforme havia já sido determinado na reunião de 6 do corrente mês, e convidou todos os Srs. Vereadores a estarem presentes.

Mais informou, que o Sr. Ministro do Emprego e Segurança Social se deslocará a Aveiro no mesmo dia, para visitar o Centro Cultural e de Congressos, pelo que irá também assistir à cerimónia de inauguração da Feira de Março.

OBRAS PARTICULARES: - Em seguimento da intervenção efectuada na reunião de 20 de Fevereiro, último, o Sr. Vereador Dr. Nogueira de Lemos referiu o facto de ter ficado decidido trazer o processo relativo à construção de um prédio na Rua Eng<sup>o</sup> Von Haff, o que não aconteceu até hoje, pelo que, pediu que se providencie nesse sentido, a fim, de rapidamente, se prestarem os elementos necessários sobre a transparência do processo.

HOMENAGENS: - No uso da palavra, o Vereador Sr. João dos Santos, a propósito da recente inauguração da ETAR da Vulcano, fez uma breve alusão à fundação e evolução da referida Empresa construtora de equipamentos para a água, que surpreende quer pelo avanço do seu equipamento tecnológico, quer em termos de infraestruturas sociais para os seus trabalhadores, considerando, por isso que é uma Empresa exemplar e muito avançada em relação às indústrias deste País. De seguida, fez referência ao Fundador da Empresa, Sr. Manuel Santos Silva, homem de Aveiro, graças a quem hoje nós podemos dizer que temos no concelho a Empresa número um do mundo, no seu ramo de actividade, o que para os Aveirenses, constituiu uma grande honra, um grande motivo de orgulho. Por todo o exposto, o Sr. Vereador mostrou opinião que em atitude póstuma, esta Câmara Municipal deverá prestar homenagem ao Sr. Manuel Santos Silva, deixando o assunto para reflexão de todo o Executivo.

O Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto corroborou toda a intervenção do Sr. Vereador João dos Santos, entendendo, também, que o Sr. Manuel Santos Silva, homem que conheceu pessoalmente, e por quem dedicou muito carinho, dada a elevada estima que o mesmo tinha por todos os aveirenses que, quer fossem desempregados, quer provenientes da descolonização, quer discriminados politicamente, eram acolhidos por ele na sua Fábrica, pelo que, considerando indubitável a qualidade do mesmo, tanto como homem como industrial, não há dúvidas que é merecedor dessa homenagem a título póstumo.

Também pelo Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos foram comprovados os factos apontados e que justificam a homenagem àquele aveirense, salientando ainda o seu carácter, a sua frontalidade e a coragem pela forma como assumia as suas

convicções, o que foi igualmente corroborado pelos Vereadores Eng<sup>o</sup> Victor Silva e Dr. Carlos Fragateiro tendo este acrescentado que se deve olhar não só para os vivos mas também para os mortos e defender os valores da terra.

Por proposta do Sr. Presidente, foi deliberado, por unanimidade, que o assunto seja motivo de reflexão por parte de todo o Executivo e seja de novo submetido à consideração da Câmara, para se definir a melhor forma de homenagear o referido aveirense.

TRANSRIA: - O Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto apresentou à Câmara o Relatório de Gerência da Transria relativo ao exercício de 1994, de cujo resultado se verifica um saldo negativo de cinco milhões duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e oito escudos, não havendo, no entanto, quaisquer dívidas por força dos suprimentos efectuados pela Câmara.

Seguidamente, informou que as lanchas estão em vias de entrar na fase de novo licenciamento, para poderem obter, por mais um ano, o certificado de navegabilidade, pelo que solicitou orçamentos para as obras necessárias à obtenção desses certificados pela autoridade marítima, reparações estas que são absolutamente indispensáveis, e como as lanchas têm que ir para estaleiro, entendeu, juntamente com os técnicos responsáveis, que seria preciso efectuar outras reparações, para o que se procedeu à elaboração de um concurso, sendo necessária, para o efeito, uma verba de cerca de três mil contos para cada uma das lanchas, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar as referidas reparações.

TRÂNSITO: - Foram trocadas impressões sobre o funcionamento do trânsito na zona das obras da Ponte de Pau, tendo o Vereador Sr. João dos Santos referido que, com a realização da Feira de Março seria agora talvez o momento certo para se lançarem as alterações previstas, nomeadamente que se proíba o estacionamento no arruamento situado em frente à Feira.

O Sr. Presidente informou que tudo está acautelado, concretamente que se estão a efectuar limpezas junto à Fábrica Jerónimo Pereira Campos, para se criarem espaços de estacionamentos, bem como a tentar criar um acesso para o outro lado do canal, para além de outras alternativas para o escoamento de trânsito.

Seguiram-se, ainda, troca de impressões em que foi referido o conflito junto à entrada da Rua Silvério Pereira da Silva, que tem provocado alguns acidentes, tendo ficado decidido que o Sr. Eng<sup>o</sup> Victor Silva efectue estudos no sentido de se proceder às alterações necessárias.

De seguida, retomou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:



PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS - A Câmara tomou conhecimento das propostas apresentadas com vista à pavimentação dos arruamentos paralelos ao viaduto de Esgueira, cujo concurso foi aberto por deliberação de 13 de Fevereiro, último, tendo-se verificado que ao mesmo se candidataram as seguintes firmas: Nº 1 - RICAN - Construções, Lda., que informa da impossibilidade de concorrer; Nº 2 - LAMEIRO EMPREITEIROS de João Simões Marques Vieira & Filhos, Lda.; Nº 3 - M. MENDES, LDA.; Nº 4 - JOÃO CARLOS ROQUE GRACA; e Nº 5 - CABRAL & FILHOS, S.A..

Verificados os respectivos documentos e achados os mesmos em conformidade com a Lei, procedeu-se à abertura das correspondentes propostas, tendo-se verificado os seguintes valores: Nº 2 - cinco milhões vinte e oito mil novecentos e sessenta e três escudos; Nº 3 - quatro milhões oitocentos e oitenta mil setecentos e sessenta e dois escudos; Nº 4 - quatro milhões cento e sessenta e oito mil e quatrocentos escudos; e Nº 5 - quatro milhões novecentos e noventa e três mil setecentos e quarenta escudos.

Por unanimidade, foi deliberado solicitar informação sobre o assunto ao técnico responsável, a fim de posteriormente a Câmara se pronunciar.

PLURICANAL AVEIRO - TELEVISÃO POR CABO: - Em seguimento da deliberação tomada na última reunião foi de novo abordado o problema relativo à abertura de valas para a colocação dos cabos necessários à instalação da rede de televisão. Considerando que, conforme já foi referido na última reunião, existem vários operadores interessados, foi deliberado, por proposta do Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos, convidar todos para a realização de uma reunião, a fim de se procurar chegar a um consenso sobre a matéria em questão.

PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO CRUZEIRO - 1ª E 2ª FASES: - Foi apresentada à Câmara a solução urbanística preconizada pelo Plano Geral para a área em epígrafe, a qual vai ser objecto de análise pelo Gabinete de Planeamento e Gestão do Património, para posterior aprovação.

PLANO DE PORMENOR A NORTE DA ALAMEDA DA FORCA-VOUGA: - Foi também apresentada a solução urbanística para a zona situada a Norte da Alameda da Forca-Vouga, a qual vai igualmente ser analisada pelo Departamento de Planeamento e Gestão do Património.

ORQUESTRA DAS BEIRAS: - Na sequência das várias comunicações que têm vindo a ser transmitidas à Câmara, relativamente ao assunto em epígrafe, a

Vereadora Dra. Maria da Luz fez novamente o ponto da situação, tendo informado, nomeadamente, que foi acordada a criação de uma nova associação, a qual visa reunir os promotores dos dois projectos (o de Aveiro - Associação Música Vitae e o de Coimbra), com os promotores dos projectos de Leiria e Castelo Branco, e que se encontram já aprovados pelos referidos grupos de trabalho, os estatutos e o novo regulamento da Orquestra das Beiras, tendo os estatutos já sido revistos e aprovados pelo notariado da cidade de Aveiro e que o novo regulamento só será efectivo a partir da reunião da Assembleia Geral da nova Associação. Mais informou que se aguarda confirmação pela SEC para marcação da respectiva escritura, à qual deverão estar presentes, pelo menos, doze entidades (incluído a Universidade de Aveiro e as Câmaras Municipais que entenderem estar presentes).

COMPANHIA DE DANÇA DE AVEIRO: - Pelo Sr. Presidente foi feita uma breve intervenção relativamente ao desenvolvimento e divulgação da Dança no nosso concelho, tendo feito o historial da Companhia de Dança de Aveiro, que, foi criada através de um protocolo celebrado entre a Câmara e o GEMDA - Grupo Experimental de Dança de Aveiro, e que, embora nunca tenha tido estatutos próprios, funcionou, durante anos, como uma secção daquele Grupo. Continuando, o Sr. Presidente manifestou o desejo de dar continuidade a este Projecto mas agora com um perfil autónomo e renovado, pelo que propôs a criação de uma nova Associação que reúna, num mesmo projecto, todas a forças vivas da Dança do Concelho, e que possa beneficiar de um protocolo de colaboração a estabelecer entre a Autarquia, o Instituto Português do Bailado e da Dança, sediado em Lisboa e a SEC - Delegação de Coimbra.

O Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos perguntou se o lançamento de um projecto novo não poderá pôr em causa tudo o que foi feito pelos grupos existentes, ou seja, se não será a liquidação de todo um trabalho já desenvolvido, ao que a Senhora Vereadora Dra. Maria da Luz informou que todo este projecto nasce de ansiedades manifestadas pelas pessoas da arte, no sentido de se garantir um futuro de cariz profissional aos jovens com quem trabalham e que foi neste sentido e em resultado de contactos estabelecidos com as Instituições referidas, que as comemorações do Dia Mundial da Dança foram previstas para Aveiro, de acordo com o ofício remetido pelo Instituto Português do Bailado e da Dança, servindo este encontro para se fazer um balanço da Dança em Aveiro e se lançarem as raízes da nova Associação que contará, à partida, com o trabalho anteriormente desenvolvido por todos.

De novo no uso da palavra, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos perguntou se se pretende dar dimensão regional ou local ao projecto, acabando por referir que, mesmo em relação aos projectos regionais, acaba por ser sempre a Câmara Municipal a dar o apoio e a ficar com todos os encargos financeiros que vão servir

EC  
H  
A  
toda a região, pelo que, em sua opinião, é preciso ter cuidado e vincular outras Entidades da Região, logo desde o início e não dar o acto logo por consumado.

O Sr. Presidente sugeriu que se efectuem primeiro contactos com os grupos mais próximos, para saber da sua disponibilidade e interesse e só depois dessa anuência se reúna com grupos e Câmaras de fora para integrarem a Associação.

Usou também da palavra, o Vereador Dr. Carlos Fragateiro para levantar algumas questões relacionadas com a direcção técnica da futura Associação, ao que a Senhora Vereadora referiu que essa questão será resolvida após a constituição da mesma, concluindo por informar que na próxima sexta-feira efectuará uma reunião com representantes de alguns dos grupos referidos e cuja ordem de trabalhos terá início com a programação do Dia Mundial da Dança e a discussão sobre a integração de todos os interessados no projecto, do que dará conhecimento, posteriormente.

TRÂNSITO - COMISSÃO CONSULTIVA: - Dando seguimento à deliberação tomada na última reunião, foi de novo presente a acta da Comissão Consultiva de Trânsito, no passado mês de Fevereiro, após o que foi deliberado, por unanimidade, considerar a mesma aprovada, ficando o respectivo teor a fazer parte integrante do presente documento.

Seguidamente o Vereador Sr. Eng.º Victor Silva submeteu à consideração da Câmara um estudo com vista à alteração global do funcionamento do trânsito na área envolvente à Universidade, nomeadamente na Rua Calouste Gulbenkian e na Avenida Artur Ravara e que prevê a criação de duas novas rotundas, uma no cruzamento com a Rua da Pêga, outra no cruzamento do Hospital com a Rua das Pombas e, ainda, um novo arranjo na rotunda junto à entrada principal do Hospital, e eliminação do cruzamento junto ao Isca. Após um longo período de explanação e esclarecimentos, foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovada a solução apresentada e, por conseguinte, encarregar os serviços respectivos de diligenciarem com vista ao desenvolvimento das alterações preconizadas.

PROJECTO RAÍZES CULTURAIS DO CONCELHO DE AVEIRO: - Considerando a deliberação tomada em 3 de Outubro do ano findo, em que a Câmara deu a sua anuência ao projecto em epígrafe, e por proposta da Vereadora Dra. Maria da Luz, foi deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de cinquenta mil escudos a cada uma das freguesias do concelho, destinado a apoiar no desenvolvimento das actividades a levar a efeito, no âmbito do mesmo.

Entretanto ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos.

VARANDAS, JANELAS E JARDINS FLORIDOS: - A Câmara tomou conhecimento de uma informação prestada pela Divisão de Arquitectura, Urbanismo e Ambiente, relativa ao concurso em epígrafe, que, como já vem sendo hábito, se realiza todos os anos, e em que se propõe que, com base na experiência do último concurso, em que participaram as Juntas de Freguesia do perímetro urbano, o mesmo seja alargado a todo o concelho, fornecendo a Câmara as normas do concurso, e o apoio que se torne necessário.

Por unanimidade, foi deliberado concordar com a referida proposta, devendo os respectivos Serviços procederem à organização de todo o processo, bem como encetar os necessários contactos com as Juntas de Freguesia.

AQUISIÇÕES: - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar a aquisição do material constante das seguintes requisições: Serviço requisitante 06 - N.ºs. 814, 839, 870, 871 e 874/95 das quantias de trezentos e treze mil seiscentos e setenta e sete escudos, duzentos e vinte e dois mil e trezentos escudos, trezentos e vinte e três mil quinhentos e quarenta e um escudos, duzentos e vinte e oito mil seiscentos e sessenta escudos e duzentos e dez mil oitocentos e trinta e quatro escudos, respectivamente; e Serviço requisitante 09 - N.º 159/95 da quantia de duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito escudos.

AUTOS DE RECEPÇÃO DEFINITIVA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os autos de recepção definitiva das obras "Reparações na Escola na Vera-Cruz, n.º 3" e "Execução de Poços nos Nós Rodoviários Norte e Central", adjudicados a Antero Marques dos Santos e, por conseguinte, autorizar a restituição das importâncias que se encontram retidas como depósitos de garantia.

- Mais foi deliberado, por unanimidade, autorizar o cancelamento das garantias bancárias n.º 618/90 e n.º 159/91 das quantias de noventa e seis mil escudos e quarenta e oito mil quatrocentos e cinco escudos, respectivamente, emitidas pelo BCI - Banco de Comércio e Indústria, S.A. com referência às obras atrás mencionadas.

PARQUES INFANTIS: - A Vereadora Dra. Maria da Luz informou de que, no intuito de se iniciar um processo de remodelação dos vários parques infantis existentes na cidade, mandou proceder à elaboração de um estudo à D.A.U.A. o qual submeteu à consideração da Câmara e que inclui o desenho de um brinquedo em madeira.

Por unanimidade, foi deliberado aprovar, em princípio, o referido estudo devendo, contudo, os citados serviços, conforme proposta do Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro, elaborar memória descritiva do equipamento em causa, bem como estudo

das suas aplicações a nível lúdico, a fim de ser novamente submetido à consideração da Câmara.

Deu de novo entrada na sala o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos.

DIA INTERNACIONAL DO LIVRO INFANTIL: - Face ao ofício circular enviado pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, a solicitar a colaboração da Autarquia no sentido de se comemorar o dia 2 de Abril - Dia Internacional do Livro Infantil, com programas especialmente escolhidos e de acordo com as características próprias da Entidade e do local que os promovem, foi presente uma informação da Técnica Superior de Biblioteca a dar nota das actividades que a Biblioteca Municipal pretende realizar na semana de 3 a 7 de Abril, bem como dos custos inerentes à referida programação, os quais se estimam aproximadamente na quantia de oitenta mil escudos. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido programa e, por conseguinte, autorizar o pagamento das correspondentes despesas.

LUSITÂNIAGÁS: - Foi deliberado, por unanimidade, designar o Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, como representante na Empresa Lusitâniagás, em substituição do Dr. José Girão Pereira.

CENTRO DE SAÚDE DE ESGUEIRA: - Face ao parecer técnico emitido pelos respectivos serviços, foi deliberado, por unanimidade, proceder à abertura de concurso limitado junto dos gabinetes da especialidade, com vista à execução do projecto do Centro de Saúde de Esgueira, cujos respectivos custos deverão atingir a importância aproximada de cinco mil contos.

CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NAS FREGUESIAS RURAIS - MATADUÇOS - 2ª FASE: - Foi de novo presente o processo de concurso relativo à empreitada em epígrafe, cujas propostas foram abertas na reunião de 6 de Março, corrente, após o que foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação prestada pelo técnico responsável, adjudicar a execução dos trabalhos em causa à firma ANTERO MARQUES DOS SANTOS, pela importância de trinta e dois milhões trinta mil duzentos e quinze escudos, dado ser a proposta mais vantajosa para o Município.

CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NAS FREGUESIAS RURAIS - EIXO - 2ª FASE: - Também no seguimento da deliberação tomada na reunião de 6 de Março, corrente, foi presente a informação prestada pelo técnico responsável, segundo a qual a proposta mais vantajosa para execução da empreitada em epígrafe é a da

Firma MANUEL VALENTE & PINHEIRO, LDA.. Deste modo, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar ao referido concorrente a execução dos correspondentes trabalhos, pelo valor total de oitenta e três milhões seiscentos e dezassete mil e noventa e sete escudos, acrescido de IVA.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA: - Presente um ofício da E.N. - Electricidade do Norte, a comunicar que o encargo desta Câmara Municipal, com vista à realização da obra da "Rede de Distribuição de Energia na Freguesia de Aradas", se estima na quantia de um milhão cento e quarenta e nove mil quinhentos e vinte e nove escudos, acrescida de IVA. Foi deliberado, por unanimidade, proceder ao pagamento da referida quantia, com vista ao início dos respectivos trabalhos por parte daquela Entidade.

GARANTIAS BANCÁRIAS - CANCELAMENTO: - Face ao pedido formulado pela Firma Antero Marques dos Santos, e tendo em consideração a informação prestada pelo técnico municipal responsável, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento das garantias bancárias a seguir indicadas, passadas pelo Banco Fonseca & Burnay:

- Nº 92295-21287, da quantia de cento e setenta e nove mil cento e oitenta e quatro escudos, referente à empreitada de "Beneficiação do Lava-Pés na Piscina de 50 metros do Sport Club Beira-Mar";

- Nº 92140-19245, da quantia de cento e dezanove mil e novecentos escudos, referente à empreitada "Obra na Piscina Sport Club Beira-Mar".

DESPÓSITOS DE GARANTIA - RESTITUIÇÃO: - Considerando o teor da informação prestada pelo técnico municipal competente, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a restituição à firma Antero Marques dos Santos do depósito de garantia efectuado com referência à obra "Construção de 10 Habitações Sociais Unifamiliares em Taboira", da quantia de três milhões quatro mil quinhentos e trinta escudos.

FUNCIONALISMO MUNICIPAL - CONTRATOS A PRAZO: - De acordo com o que determina o nº 2 do Decreto-Lei nº 409/91, de 17 de Outubro, a Câmara deliberou, por unanimidade, delegar no Sr. Presidente, poderes para gerir a dotação orçamental relativa à contratação de pessoal a termo certo, de acordo com o disposto no artº 18º do Decreto-Lei nº 427/89, de 27 de Dezembro, bem como confirmar os despachos já proferidos pelo Sr. Presidente sobre a mesma matéria.

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA JOANA: - Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Santa Joana, a remeter uma factura da quantia de três milhões

quatrocentos e setenta e um mil e dois escudos, referente a despesas provenientes das alterações introduzidas à 1ª fase da empreitada de substituição da cobertura do edifício-sede da referida Junta de Freguesia. Lida a informação prestada pelo técnico responsável, segundo a qual os preços apresentados são os praticados no mercado, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a transferência para aquela Autarquia da já mencionada importância.

JUNTA DE FREGUESIA DA GLÓRIA: - Foi também presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, relativamente ao qual a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência para a mesma da quantia de quatrocentos e vinte e um mil e duzentos escudos, destinada ao pagamento das despesas inerentes à iluminação de Natal levada a efeito na Urbanização de Santiago.

SUBSÍDIOS: - Face ao pedido apresentado pela Escola Secundária José Estevão de Aveiro - turma 10º A -, foi deliberado, por unanimidade, conceder à mesma um subsídio no valor de cem mil escudos, destinado a comparticipar nas despesas inerentes à visita de estudo a efectuar por aquela turma a Arcachon, considerando que se trata de uma cidade lranada com Aveiro.

- Foi ainda deliberado, por unanimidade, atribuir um subsídio ao Núcleo de Bridge da Universidade de Aveiro, da quantia de cento e cinquenta mil escudos, destinado a apoiar o I Torneio Internacional de Bridge "Santa Joana Princesa/95", a levar a efeito de 12 a 14 de Maio, próximo.

O Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto ausentou-se da reunião por compromissos de ordem particular.

LICENÇAS DE LOTEAMENTO: - Presente o processo nº 116/86, de Sociedade de Construções Quinta do Monte, Lda., relativo ao loteamento de um terreno situado na Quintã do Loureiro, da freguesia de Cacia.

Após prolongada apreciação do processo e ouvidos os esclarecimentos prestados, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da informação prestada pela Divisão de Paneamento e Desenvolvimento Económico, aprovar o loteamento em causa, devendo o requerente apresentar uma caução no valor de oito milhões trezentos e sessenta e oito mil e cinquenta escudos, para garantia das obras de infraestruturas e, ainda, efectuar o pagamento da taxa de compensação segundo a alternativa dois da citada informação calculada para os lotes 14 a 20 (inclusivé), agravada nos termos do nº 3 do artº 7º do Regulamento da Taxa de Compensação aprovado, devendo ainda efectuar o pagamento em dívida de mil e quinhentos contos, com juros a partir de 6 de Junho de 1988.

Mais foi deliberado que, em relação às cedências de terreno para domínio público, seja cumprida a deliberação de 6 de Setembro de 1993.

- Presente também o processo nº 431/68, de António da Silva. Após análise do processo e troca de impressões a Câmara deliberou, com a abstenção dos Vereadores Drs. Nogueira de Lemos e Carlos Fragateiro, não considerar a construção da parcela inicialmente prevista e, por conseguinte, não integrar a correspondente área na via pública, considerando-se assim alterado, na parte respectiva, o plano urbanístico aprovado para o local. Os citados Vereadores declararam abster-se pelo facto de entenderem que no processo em causa houve alguma falta de fiscalização municipal e ser difícil aceitar o facto como consumado.

- Foi ainda apreciado o processo nº 19/93, de Maria Teresa Vieira da Cruz Leal e outros, a apresentar projecto de infraestruturas de pavimentos e águas pluviais, relativamente a um loteamento que pretende levar a efeito na Rua da Paz - Presa, freguesia de Santa Joana. Lida a informação prestada pelo D.P.D.E. cujo teor aqui se dá como transcrito, foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da mesma, devendo a correspondente taxa de compensação ser actualizada para o valor de um milhão trezentos e setenta e três mil seiscentos e noventa e cinco escudos com referência ao trimestre em curso.

LICENÇAS DE OBRAS: - Foi presente e apreciado o processo de obras nº 443/58, de José Pinto Monteiro, a apresentar exposição no sentido de ser revisto o despacho superior que recaiu sobre o mesmo em 2 de Fevereiro, último, relativamente à legalização de uma moradia, sita no lugar do Viso, freguesia de Santa Joana.

Lida a informação prestada sobre o assunto pela Divisão de Obras Particulares, segundo a qual se mantém as condicionantes técnicas que levaram ao indeferimento, foi deliberado, por unanimidade, considerar indeferido o pedido apresentado.

ALIENAÇÃO DE BENS - ZONA CENTRAL: - A Câmara tomou conhecimento de um ofício enviado pela Firma Empreendimentos Imobiliários Globo, Lda., adquirente do lote A 1, sito na Zona Central da Cidade, a solicitar o reembolso da taxa de domínio público, no valor de noventa e um mil setecentos e trinta e nove escudos, acrescido de sete mil trezentos e trinta e nove escudos de juros de mora, que lhe foi aplicada pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro.

Considerando que as causas que levaram à cobrança da referida taxa só podem ser imputadas a este Município, foi deliberado, por unanimidade, ressarcir a firma requerente da citada importância.

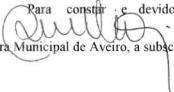




APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o nº 4, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,  ,Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subcrevo.

*Contabil e Administração*  
Antonio Nogueira de Almeida  
  
João Carlos Albuquerque Luís  
  
José da Luz Cabral Mendes  
